



## SOBRE A NOÇÃO DE SUBJETIVIDADE

Gilberto Nazareno Telles Sobral\*

**RESUMO:** *Pensar sobre o modelo de Universidade que o Brasil quer ou mesmo de que precisa exige reflexões sobre os sujeitos que dela fazem parte. É preciso conhecer como estas subjetividades constroem-se e manifestam-se para melhor compreender as transformações sociais. Nesta perspectiva, compreende-se que a linguagem é constituinte da realidade e que os sentidos são criados por um sujeito que fala de um lugar ou de vários lugares, portanto a linguagem é constitutiva da subjetividade, caracterizada pela dispersão do sujeito, isto é, das possíveis posições a serem por ele assumidas no discurso. Assim, este trabalho objetiva apresentar algumas questões em torno da subjetividade manifesta na linguagem, a partir dos pressupostos teóricos da corrente francesa da Análise do Discurso (AD), da teoria polifônica de Osvald Ducrot e das contribuições de Michel Foucault para os estudos lingüísticos, em especial a AD. A partir desta pesquisa, é possível afirmar que a questão da relação com o outro como constitutiva da subjetividade confirma que não há centro para o sujeito. A identidade somente pode ser vista como um movimento da história, isto é, o processo de subjetivação ocorre a partir de suas relações com a sociedade, relações estas que se estabelecem pela linguagem.*

**Palavras-chave:** Subjetividade; Linguagem; Discurso

### INTRODUÇÃO

Questionamentos diversos são frequentes nos estudos lingüísticos quando o assunto é a relação entre linguagem e sujeito. Dentre estes, encontra-se a questão em torno da unicidade do sujeito no discurso. Muitos são os estudiosos da linguagem preocupados com tal questão, dos quais destacam-se, de um lado, Benveniste, que defende a existência de um sujeito uno, dono do seu dizer, e, do outro, Ducrot e Pêcheux, que apresentam uma posição contrária.

Compreendendo que a linguagem é constituinte da realidade e que os sentidos são criados por um sujeito que fala de um lugar ou de vários lugares, a linguagem é, portanto, constitutiva da subjetividade, caracterizada pela dispersão do sujeito, isto é, das possíveis posições a serem por ele assumidas no discurso. Assim, este trabalho objetiva apresentar algumas questões em torno da subjetividade na linguagem, a partir dos pressupostos teóricos da corrente francesa da Análise do Discurso (AD), da teoria polifônica de Osvald Ducrot e das contribuições de Michel Foucault para os estudos lingüísticos, em especial a AD.

O *corpus* para análise, nesta pesquisa, é constituído de uma carta enviada pelos camaristas da Cidade de Salvador a Portugal, no século XVIII, que compõe a coleção de documentos históricos do Arquivo Municipal da Cidade de Salvador.

### DESENVOLVIMENTO DO TEMA DO TRABALHO

As reflexões em torno da subjetividade sempre ocuparam um lugar de destaque entre os filósofos desde a Antigüidade até os dias atuais, embora com enfoques diferentes. Para os filósofos gregos, o princípio de tudo era o Ser, compreendido como algo exterior ao homem, um ponto fixo fora dele, de onde todas as coisas tinham o seu sentido.

---

\* Doutorando em Letras pelo PPGL/UFBA e membro do Núcleo de Estudo da Análise do Discurso / NEAD. Orientador: João Antonio de Santana Neto, Doutor, Professor do Instituto de Letras da UCSal e do NEAD



Com o princípio da filosofia de Descartes “Penso, logo existo”, percebe-se um deslocamento do princípio grego de um ponto fixo situado no Ser, fora do homem, para o seu interior, ou seja, uma certa tendência ao subjetivismo. Subjetividade e interioridade estão, neste momento, intimamente ligadas; a consciência, instância interior de percepção, ocupa, então, o lugar do Ser. No pensamento cartesiano, a verdade passa a ser produzida a partir desta percepção que o homem tem de si próprio e não mais apenas reconhecida. Sujeito e objeto tornam-se termos independentes. É o sujeito, a partir da representação, quem vai conferir sentido ao objeto.

Segundo Brandão (1997, p. 35),

A noção de representação é entendida como uma operação por meio da qual “o sujeito se apropria do objeto, de algo que lhe é heterogêneo e, convertendo-o em idéia, torna-se homogêneo à consciência”. Do *Ser* (imane) do filósofo grego, passa-se para a *consciência*, a certeza primeira, fonte das demais.

Com a dialética, Hegel critica a idéia de representação do pensamento cartesiano, e esta noção de subjetividade é abalada, uma vez que passa a ser entendida não como uma identidade, mas como algo que se constrói na relação que o homem mantém com o outro.

Com a descoberta do inconsciente, Freud vai contribuir com a idéia de descentramento do sujeito, uma vez que o inconsciente pode, às vezes, dizer algo que o ego não quer.

Posteriormente, o pensamento marxista também contribuirá com esta concepção do sujeito social, que será, uma das reflexões do filósofo russo Mikhail Bakhtin em *Marxismo e filosofia da linguagem*.

Foucault (1997) vai estudar o homem nas suas diversas práticas discursivas. Em seus estudos, contesta uma concepção do sujeito como instância fundadora da linguagem. O sujeito é atravessado por múltiplos discursos, compreendido como um campo de regularidades no qual as diversas formas de subjetividade podem se manifestar. Para este filósofo, a subjetividade não está numa origem, mas num movimento contínuo, cuja construção é um processo constante e historicamente regulado. Para ele, há uma dispersão do sujeito, através da qual este poderá tomar diferentes posições, cuja identidade resulta de processos de identificação.

Dois importantes contribuições para as pesquisas em torno da história da subjetividade são os cursos *Subjetividade e Verdade* (1980-1981) e *Hermenêutica do Sujeito* (1981-1982) ministrados no Collège de France. Neles, Foucault realiza um estudo das diferentes maneiras em que os homens, em nossa cultura, constroem um saber sobre eles mesmos, isto é, como a subjetividade é constituída, destacando, neste processo, a importância das “técnicas de si”, que são, segundo o autor (1997, p.109),

Os procedimentos, que, sem dúvida, existem em toda civilização, pressupostos ou prescritos aos indivíduos para fixar sua identidade, mantê-la ou transformá-la em função de determinados fins, e isso graças a relações de domínio de si sobre si ou de conhecimento de si por si.

Para uma compreensão da constituição da subjetividade, Foucault demonstra como esta se desenvolveu em atitudes, em modos de comportamentos, tornando-se uma prática social que resultava em relações inter-individuais. Ele chama a atenção para a importância que o “cuidado de si” tinha para os gregos, uma vez que representava um dos grandes princípios das cidades, ou seja, uma das regras de conduta não só da vida social mas também da vida pessoal, na qual a *askesis*, um conjunto de práticas pelas quais o indivíduo pode obter, assimilar e transformar a verdade num princípio de ação permanente, também seria um processo de construção da subjetividade. O sujeito, então, não é uma essência fixa, acabada, ele se constitui na experiência e através de práticas e técnicas.

Uma prática que demonstra a importância da escrita no processo de constituição da subjetividade para os gregos são as escritas pessoais, às quais denominavam *hypomnemata*, isto é, notas de leituras, das reflexões que se ouvem ou que se fazem a si mesmo.

Apesar de não ser lingüista, mas filósofo, as colocações de Foucault foram fundamentais para os estudos lingüísticos que visam ao discurso. Todos os discursos, para ele, são perpassados pela noção de subjetividade. A construção de um objeto do saber deve levar o pesquisador a interrogar seu próprio discurso e sobre suas regras de formação. Em sua obra *Arqueologia do Saber*, ele apresenta definições para discurso, formação discursiva, enunciado, enunciação, função enunciativa - conceitos essenciais para a Análise do Discurso.

Foucault ([1969] 2002) concebe os discursos como uma dispersão, isto é, eles são formados por elementos que não têm nenhuma ligação por nenhum princípio de unidade. Por isso, defende a existência de regras de formação que possibilitariam a determinação dos elementos que constituem o discurso. Estas regras que determinam uma formação discursiva apresentam-se como um sistema de relações entre objetos, tipos enunciativos, conceitos e estratégias. São elas que permitem a passagem da dispersão para a unidade. Dentre as características que Foucault atribui ao enunciado, destaca-se a relação do enunciado com seu referencial (aquilo que o enunciado enuncia). Diz respeito à relação do enunciado com seu sujeito. Foucault é contra a concepção idealista do sujeito: este não é instância fundadora da linguagem. É uma função vazia, um espaço a ser preenchido por indivíduos.

Além de constituir um dos grandes centros das discussões filosóficas, a questão da subjetividade também se transformou em uma preocupação nos estudos lingüísticos, especialmente aqueles que tratam da questão do discurso.

Émile Benveniste, a partir da Teoria da Enunciação, é um dos primeiros estudiosos preocupados com a questão da subjetividade na linguagem, pois sua teoria apresenta uma maior preocupação com o ato de produção do enunciado. Para ele, a subjetividade é a capacidade de o locutor se propor como sujeito do seu discurso e ela se funda no exercício da língua, isto é, sua identidade seria revelada a partir das marcas lingüísticas inscritas no seu enunciado.

Segundo Benveniste ([1966] 1995, p.284-293), “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’”. Para ele, a linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso. É para que o eu se instale, é preciso a presença do tu. Posições que, num processo de comunicação, se alternam. O eu é a pessoa subjetiva, fonte da enunciação, e o tu, a não-subjetiva.

Apesar de Benveniste reconhecer uma posição de superioridade do eu sobre o tu, afirma que um não existe sem o outro.

Opondo-se ao eu e ao tu, que têm a marca de pessoa, há ainda o ele, a não-pessoa, por não se referir a nenhum indivíduo específico, por representar alguém que está fora do discurso. Portanto o centro da enunciação está no EGO, ou seja, a subjetividade se constrói quando se tem a capacidade de dizer eu.

Apesar de se constatar uma concepção social nos seus estudos, o que fica mais evidente é a concepção subjetiva do sujeito, visto que a enunciação é entendida como um ato individual de utilização, de apropriação da linguagem.

Apesar de a Análise do Discurso retomar o conceito de subjetividade de Benveniste, a unicidade do sujeito da enunciação vai ser questionada, defendendo-se uma visão histórica do sujeito, isto é, o sujeito fala de um determinado lugar e num determinado tempo. Esta noção de sujeito histórico está diretamente ligada à de sujeito ideológico, visto que o sujeito, representante consciente ou inconsciente do discurso social, ao produzir o seu discurso, além de considerar o outro, apropria-se de outros discursos.

Bastante citado pela Análise do Discurso de linha francesa, Bakhtin, em sua obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, publicada em 1929, ao afirmar que “a verdadeira

substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social de interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações”, já defendia, nos anos 20, a presença da polifonia no interior de um enunciado, contrariando o “subjativismo individualista” que seria defendido por Benveniste, na década de 50, em sua teoria da enunciação. Deste modo, não só o locutor é responsável pelo sentido do discurso. O ato da comunicação é também responsabilidade do interlocutor. Trata-se, portanto, de um sujeito social, historicamente situado, que se constitui na interação com o outro. A identidade é construída numa relação dinâmica com a alteridade. Desta forma, o que vai definir a individualidade do sujeito é a relação que ele manterá com outros indivíduos.

Esta questão da polifonia vai ser retomada por Ducrot (1987), no seu “Esboço de uma teoria polifônica da enunciação”, para também contestar a tese de unicidade do sujeito falante. Neste estudo, discute a origem da enunciação e os sujeitos nela presentes.

Ducrot esboça outra forma da teoria da argumentação pela necessidade de um conceito mais largo, que não se refira aos enunciados na sua totalidade, mas aos elementos semânticos constituintes de seu sentido. Esta noção de elemento semântico implica uma análise de sentido e uma série de representações independentes; ela se traduz, segundo o autor citado, na sua teoria da polifonia como “ponto de vista de um enunciador colocado em cena pelo enunciado.”

Segundo essa tese, atribuem-se ao sujeito três propriedades assim especificadas por Ducrot:

- a) ele é o encarregado de toda atividade psicofisiológica necessária à produção do enunciado.
- b) ele é o autor, a origem dos atos ilocutórios executados na produção do enunciado (atos do tipo da ordem, da pergunta, da asserção, etc.);
- c) além da produção física do enunciado e da execução dos atos ilocutórios, é habitual atribuir ao sujeito falante uma terceira propriedade, a de ser designado em um enunciado pelas marcas da primeira pessoa quando elas designam um ser extralingüístico: ele é, neste caso, suporte dos processos expressos por um verbo cujo sujeito é **eu**, o proprietário dos objetos qualificados de **meus**, é ele que se encontra no lugar chamado **aqui**.

Contra a tese de unicidade do sujeito, a teoria de Ducrot parte do pressuposto de que o sentido do enunciado é uma descrição de sua enunciação e para essa descrição o enunciado fornece indicações, principalmente sobre o(s) autor(es) eventual(is) da enunciação. Deste modo, sua tese comporta duas idéias: a atribuição à enunciação de um ou vários sujeitos que seriam sua origem e a necessidade de se distinguir entre sujeitos que seriam dois tipos de personagens, os locutores e os enunciadores.

O locutor é “um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade desse enunciado”, enquanto por enunciadores compreendem-se “seres que são considerados como se expressando através da enunciação sem que para tanto se lhes atribuam palavras precisas”. Se eles “falam” é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não no sentido material do termo, suas palavras.

Ainda sobre o Locutor, o autor também faz a distinção entre o locutor enquanto tal, o responsável pela enunciação, representado por (L), e o locutor enquanto ser no mundo ( $\lambda$ ), aquele responsável pela origem do enunciado.

O descentramento do sujeito também é defendido por Jaqueline Authier-Revuz, para quem o conceito de subjetividade não está centrado num Ego como entidade única e fonte do seu dizer, mas num sujeito histórico-social que, interagindo com outros discursos, constrói o seu dizer, ou seja, a constituição do sujeito é um efeito da linguagem, é no seu discurso que o sujeito se enuncia.

Segundo Pêcheux (apud Brandão, p.1997, p.63), um dos fundadores da AD, não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela



ideologia e é assim que a língua faz sentido. Nesta perspectiva, os conceitos de discurso – efeito de sentidos entre interlocutores - e de ideologia – elemento determinante do sentido que está presente no interior do discurso e que, ao mesmo tempo, reflete a exterioridade - são fundamentais nos seus estudos, para os quais utilizará conjuntamente a noção de formação discursiva proposta por Foucault - conjunto de enunciados marcados pelas mesmas regularidades, pelas mesmas “regras de formação”, e que determina “o que pode ser dito”, a partir de um lugar historicamente determinado - e a noção de formação ideológica apresentada por Althusser - conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais, nem universais, mas dizem respeito, mais ou menos diretamente, às posições de classe em conflito uma com as outras. Assim, o discurso vai transformar-se num instrumento da materialidade ideológica.

Althusser chama a atenção de como os sujeitos agem a partir das determinações históricas das relações sociais. Para ele, a função da ideologia é constituir indivíduos concretos em sujeitos. Segundo o autor (apud Haroche, 1992, p.177),

Que os indivíduos humanos, isto é, sociais, sejam ativos na história como agentes das diferentes práticas sociais [...], é um fato. Mas, considerados como agentes, os indivíduos humanos não são sujeitos livres [...] no sentido filosófico desse termo. Eles agem em e sob as determinações das formas de existência histórica das relações sociais [...] A forma sujeito é [...] a forma de existência histórica de todo o indivíduo, agente das práticas sociais: as relações sociais [...] compreendem necessariamente, como parte integrante, as relações sociais jurídico-ideológicas, que, para funcionar, impõem a todo indivíduo – agente – a forma sujeito.

Nesta concepção, sujeito e ideologia confundem-se numa mesma coisa, resultando numa subjetividade assujeitada, isto é, o sujeito tem a ilusão de ser livre, dono do seu dizer, quando, na verdade, é apenas interpelado em sujeito-falante, pois quem fala é uma instituição, uma ideologia e não os indivíduos.

Assim, o caráter social da linguagem é também a manifestação de uma ideologia que, no discurso, está condicionado às condições de produção (CP): o locutor fala de um lugar social, numa conjuntura sócio-histórica, que estabelece o que pode e deve ser dito, e, assim, constitui-se sujeito no discurso.

Coube a Pêcheux (apud Brandão, 1997, p. 36) estabelecer esta noção de Condições de Produção ao considerar os protagonistas do discurso não a presença física de “organismos humanos individuais”, mas a representação de “lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares cujo feixe de traços objetivos característicos pode ser descrito pela sociologia.”

Assim, pode-se afirmar que nenhum discurso é neutro e, também, que nele o sujeito apropria-se de outros discursos e assim se constitui. Este interdiscurso é o que a AD chama de memória discursiva, isto é, a apropriação do já-dito para a construção do seu discurso. Portanto todo discurso é construído a partir da memória (interdiscurso) e sua atualização (intradiscurso).

Todo este processo de construção do discurso passa pelo esquecimento, que, segundo Pêcheux (apud Orlandi, 2001, p.35), deve ser distinguido em duas formas: o esquecimento da ordem da enunciação, a partir de processos parafrásticos, e o esquecimento ideológico, quando o sujeito é afetado inconscientemente pela ideologia, acreditando ser a origem do que está dizendo, quando, na verdade, apenas retoma outros discursos.

Eni Orlandi (2001, p.36) classifica-o como processos parafrásticos – aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória - e como processos polifônicos - o deslocamento, ruptura de processos de significação.

Para Indursky (1997, p. 27-8),

O sujeito, ao produzir seu discurso, o faz a partir de determinadas posições de sujeito, igualmente ideológicas. Tais posições, contudo, não transformam esse sujeito em uma figura que decide livremente seu discurso, pois se trata de um sujeito socialmente constituído. No entanto, por não ter consciência de seu assujeitamento, mantém fortemente arraigada a ilusão de ser plenamente responsável por seu discurso e suas posições.

## ANÁLISE DO CORPUS

Após as reflexões acerca da noção de subjetividade, demonstrar-se-á como esta se manifesta na linguagem. Para análise, selecionou-se uma “Carta do Senado a sua ‘Magestade’”<sup>1</sup>, documento que faz parte do *corpus* da tese de doutorado que vem sendo desenvolvida no PPGLL/UFBA. Inicialmente, realizar-se-ão algumas considerações sobre o *corpus* para uma melhor compreensão da importância do mesmo. Observa-se, ainda, que o texto foi transcrito respeitando as características lingüísticas do manuscrito original.

### Breves considerações sobre o *corpus*

A variedade de assuntos da documentação da Câmara de Salvador, atualmente sob a guarda do Arquivo Municipal, desde os mais simples relatos da vida administrativa aos mais importantes fatos da sociedade soteropolitana, comprovam o importante papel desempenhado pela Câmara de Salvador ao longo da história da primeira Capital do Brasil.

A relação metrópole-colônia, muitas vezes, era estabelecida através das cartas enviadas pela administração municipal ao Rei e/ou Rainha de Portugal, documentos que, além do valor histórico, compõem um vasto *corpus* para um estudo dos processos discursivos, nos quais se encontram, entre outros aspectos, a ideologia e a subjetividade.

A carta em análise foi enviada pelo Senado da Câmara ao Rei de Portugal, em maio de 1753, na qual os camaristas refutavam uma determinação do Provedor da Câmara, que determinava não poder haver novos gastos por parte daquele Órgão antes que fossem efetuados pagamentos de obras anteriores.

### Texto para análise

S(e)n(h)or [por] causa [de] ser [nes]tacid(ad)e fundada [no]sítio imminente com grandes rio[s] [mares], elad[ei]r[a]s deterras Larg[a]s, e dependuradas, sefes pre[cis]o anossos antecessores emvarios annos [s]eguralas comparedoês, calçadas, ealguns cannos p(ar)a expedição das agoas, emelhor servidaõ do povo, esegurança dos edeficios,[t]em com toda Esta cautela [e]providencia sepoderem evitar os danos dos moradores, q(ue) tem experimentado varias ruinas, pois , d(it)o os [Go]vernadores são grandes, continuadas, [cor]rem as Ladeiras, eribanc[e]iras, sucedendo m(ui)tas desgraças, emortes, eprejuizos; pela qual razaõ setem feito bastante despeza com as d(it)as obras precisas, enecessarias aobem commum.

Eentrando de [correição] nes[ta]cid(ad)e o [c(apit)am P(rocurad)or g(ener)al] Provedor da Cam(ar)a Jose[ph] Monteiro deixou hum Provim(en)to, q(ue) senaõ fizessem mais obras, sem[q(ue)] [pr]im(ei)ro se pagassem os que seachavaõ feitas; cujo provim(en)to hẽ a favor dos credores, econtra a [co]nservação daRepublica, pois faltando Esta ea r[ee]dificação deq(ue) [s]uc[e]ssivam(en)te m(ui)to se carece, passados quaesquer tempos se [r]eduzirà tudo atermos q(ue) nem com excessiva somma [s]epodem tornar apõr emseu antigo Estado, por ser facil aruina, [e]difficil areedificação, como setem visto, evai exp[er]imentando. Em attençaõ ao referido Pedimos e[r]ogamos a vossa Magestade mande fique sem vigor aquele Provim(en)to por ser [preju]dicial à conservação da desta cidade ebem com[m]um, como dellesemostra p[ela] cópia jũnta, eq(ue) nas obras uteis, eprecizas, q(ue) esta camara resolver em acto deveereaõ [te]ndo [f]eitos erematados empraça publica [n]a forma da ley, as naõ possaõ

<sup>1</sup> Foi mantida a grafia da palavra magestade com “g”, de acordo com o manuscrito.

impedi[rem][em] intrometter-[os os d(it)os] Ouvidores geraes, pois esta Camara, com[o] [taõ] diminuta emrendas, senaõ extende amais doq(ue) agastos pr[e]cisos e [de mayor] [ca]rencia. A R[ea]l pessoa de vossa Mag(estad)e g(uar)d[e] D(eo)s m(uito)s a(nnos). Bahia Cam[ara] 30 d[e] Mayo de 1753. Jeronymo Sodre [P(erei)ra] [esc(riv)am] [da Camara] por impedim(en)to do Pr[opr]ietario a subscrevi.//. D(out)or Joze Luis P(erei)ra // . Jeronimo Velho deAraujo // . Fran(cis)co gomes de Abreu Lima cortereal // . Antaõ Joseph Leite // . Joseph Correa d[a] Costa // .

## Marcas de subjetividade na linguagem

Com os efeitos de sentidos circulados nos discursos produzidos numa sociedade, é possível conhecer o sujeito que enuncia. Uma forma de materialidade destes discursos são os documentos históricos. Segundo Foucault (2002, p.7),

O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações.

Nas cartas enviadas pelos membros da Câmara do Senado da Câmara de Salvador a Portugal, identificam-se algumas marcas constitutivas da subjetividade. Neste caso, a subjetividade a ser construída não é de apenas um sujeito, mas de um grupo de homens, isto é, um sujeito coletivo, que falava de um lugar social privilegiado – o de representante do povo soteropolitano.

A partir da recuperação de um já-dito, cuja memória atualiza, de forma consciente ou mesmo inconsciente, manifestando-o num novo enunciado, identifica-se um sujeito interpelado pela ideologia de uma classe dominante, que se materializa no discurso, cujas práticas fazem parte do processo de construção da subjetividade.

Observa-se, também, no discurso dos camaristas, a presença de outras vozes, caracterizando, assim, um discurso polifônico, o que comprova que o sujeito que enuncia não é a origem, única fonte do dizer, isto é, a subjetividade é constituída pela exterioridade. Neste discurso, recupera-se, então, a presença de vários enunciadores: E1 (atuais camaristas), E2 (camaristas antecessores) e E3 (Governadores).

S(e)n(h)or [por] causa [de] ser [es]tacid(ad)e fundada [no]sítio imminente com grandes rio[s] [mares], elad[ei]r[a]s deterras Larg[a]s, e dependuradas, sefes pre[cis]o anossos antecessores emvarios annos [s]eguralas comparedoës, calçadas, ealguns cannos p(ar)a expedição das agoas, emelhor servidaõ do povo, esegurança dos edeficios, [t]em com toda Esta cautela [e]providencia sepo= derem evitar os dannos dos moradores, q(ue) tem experimentado varias ruinas, pois , d(it)o os [Go]vernadores saõ grandes, continuadas, [cor]rem as Ladeiras, eribanc[e]jiras, sucedendo m(ui)tas desgraças, emortes, eprejuizos;

Através das adjetivações **precizas**, **necessarias** e **uteis**, o locutor apresenta um juízo de valor acerca da questão, o que revela outra manifestação de subjetividade, pois marca, no discurso, a posição daquele que enuncia.

pela qual razaõ setem feito bastante despeza com as d(it)as obras precizas, enecessarias aobem commum.

eq(ue) nas obras uteis, eprecizas, q(ue) esta camara resolver em acto devereação [te]ndo [f]eitos ere matados empraça publica [n]a forma da ley, as naõ possaõ impedi[rem][em] intrometter-[os os d(it)os] Ouvidores geraes, pois esta Camara, com[o] [taõ] diminuta emrendas, senaõ extende amais doq(ue) agastos pr[e]cisos [de mayor] [ca]rencia.

Observa-se, finalmente, o efeito de sentido de subjetividade produzido pelo uso das formas verbais na 1ª pessoa, as quais enfatizam, também, a posição do sujeito diante da situação.



Em atenção ao referido Pedimos e[r]ogamos a vossa Magestade mande fique sem vigor aquele Provim(en)to por ser [preju]dicial à conservação da desta cidade ebem com[m]um,

## CONCLUSÃO

A questão da relação com o outro como constitutiva da subjetividade confirma que não há centro para o sujeito. A identidade somente pode ser vista como um movimento da história. Mais uma vez, afirma-se que não há sentidos já dados e que estes são construídos por sujeitos inscritos na história, o que prova que o sujeito é essencialmente social. Como tal, o homem não é totalmente submisso, pois a ele são permitidas algumas escolhas, mas também não é totalmente livre, uma vez que estas são reguladas pela estrutura social na qual está inserido.

Espera-se com a análise realizada haver apresentado uma visão do homem, cujo processo de subjetivação ocorre a partir de suas relações com a sociedade, relações estas que se estabelecem pela linguagem.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail (V. N. Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral**. Trad. Maria da Glória Novak e Luiza Neri. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1976.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Subjetividade, argumentação, polifonia**: a propaganda da Petrobrás. São Paulo: EDUNESP, 1997.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Rev. Téc. da Trad. Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

\_\_\_\_\_. **Resumo dos cursos do Collège de France**: 1970-1982. Trad. Andréa Daher. RJ: Jorge Zahar Editor, 1997, p.109-134.

HAROCHE, Claudino. **Fazer dizer, querer dizer**. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. SP: Hucitec, 1992.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas: editora da UNICAMP, 1992.

SILVA, Soeli Schreiber da. **Argumentação e polifonia da linguagem**. Campinas, SP> Editora da UNICAMP, 1991.